FACULDADE DE JUSSARA

CURSO DE DIREITO

DANIELA DIAS FERREIRA SAAD

DANO E RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL:

**Uma análise a partir do caso de rompimento da barragem do fundão da Samarco,
em Mariana/MG**

JUSSARA/GO

2016

DANIELA DIAS FERREIRA SAAD

DANO E RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL:

**Uma análise a partir do caso de rompimento da barragem do fundão da Samarco,
em Mariana/MG**

Monografia Jurídica apresentada ao Curso de Direito da Faculdade de Jussara como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação da Professora Mestra Graciele Araújo de Oliveira Caetano.

JUSSARA/GO

2016

DANIELA DIAS FERREIRA SAAD

**DANO E RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL:
Uma análise a partir do caso de rompimento da barragem do fundão da Samarco,
em Mariana/MG**

Monografia Jurídica apresentada ao Curso de Direito da Faculdade de Jussara como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação da Professora Mestra Graciele Araújo de Oliveira Caetano.

Data da aprovação: ____/____/____.

BANCAEXAMINADORA:

Professora Mestra Graciele A. de O. Caetano.
Orientadora

Professor Titulação Nome completo
Membro da banca

Professor Titulação Nome completo
Membro da banca

A todos que me acompanharam nessa trajetória, especialmente minha mãe, pelo incentivo e apoio incondicional que tornaram esse sonho possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre ter guiado meus passos para que chegassem a este momento.

Ao meu pai Divino Dias Barreira que sempre foi um exemplo de ser humano me inspirando a buscar cada dia um futuro melhor.

A minha mãe Maria das Graças Ferreira Dias que me deu a oportunidade de cursar esta faculdade.

A minha filha Mariana Dias Ferreira Pacheco Saad que é um anjo que Deus colocou em minha vida, razão da minha existência e de toda a minha felicidade, que por muitas vezes teve que suportar minha ausência, falta de carinho e atenção.

Ao meu esposo Iuri Santos Pacheco Saad pela tolerância e dedicação a nossa filha durante minha ausência.

Aos meus queridos irmãos Danilo de Daniel que sempre me ajudaram quando precisei.

Ao meu grande amigo Antônio Rodrigues Paes que sempre acreditou na minha capacidade e potencial de ser uma boa profissional.

Ao meu sogro Paulo Saad e a minha Sogra Elen Saad que me acolheram como filha me proporcionando o convívio com essa família que eu tanto amo.

Agradeço aos meus cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, por fazerem parte da minha história e alegrar minha vida.

A minha professora e orientadora, Graciele Araújo de Oliveira Caetano, que aceitou com muito carinho me ajudar nessa jornada, que foi paciente e compreensiva com as minhas dificuldades ao longo dessa etapa.

“Se hoje estragos são imensos e os mortos se contam às centenas, não tardará o dia em que os flagelados e os mortos totalizarão milhões. Somos incapazes de aprender com nossos erros. As advertências sempre mais dramáticas da Natureza de nada valem. Insistimos no consumo de nosso futuro.” (José Lutzenberger)

RESUMO

Nas duas últimas décadas a preocupação com o meio ambiente aumentou, sobremaneira a partir da inserção dessa questão na agenda a ser discutida pelos Estados, organizações não governamentais e demais sujeitos nacionais e internacionais, e nessa temática a responsabilização pelos danos ambientais apresenta-se como fundamental, contemporânea e útil para que o Direito consiga, de fato, tutelar a proteção do meio ambiente. A responsabilização ambiental permeia por três esferas, quais sejam penais civis e administrativas. O presente trabalho tem como escopo analisar como o direito brasileiro responsabiliza os causadores dos danos ambientais, sobretudo as pessoas jurídicas, uma vez que há de se ter o cuidado para que as atividades do mercado não sejam realizadas a todo custo, com sérios prejuízos ao meio ambiente. Objetiva-se, portanto, identificar, como a legislação brasileira busca a tutela ambiental. Para analisar de que modo ocorre a responsabilização do causador do dano ambiental, nas esferas civis, administrativas e penais, realizou-se procedimentos técnicos de análises bibliográficas específicas por meio de inúmeras fontes tais como: leis, livros e doutrinas recorrendo sempre a material impresso e internet. Foi empregada a metodologia dedutiva com abordagem quantitativa e pesquisa descritiva. Para ilustrar de forma mais precisa como se dá essa responsabilização foi estudado, a partir do grande número de material produzido ultimamente tanto pela acadêmica quanto pela mídia especializada, o caso do rompimento da barragem no município de Mariana-MG.

Palavras-chave: Desastre. Responsabilização. Dano Ambiental.

ABSTRACT

In the last two decades the concern for the environment has increased, greatly from the inclusion of this issue on the agenda to be discussed by States, non-governmental organizations and other national and international subjects, and this theme accountability for environmental damage is presented as foundation, contemporary and useful so that the law can, in fact, protect the environment protection. Environmental responsibility permeates three spheres, namely civil criminal and administrative. This work has the objective to analyze the Brazilian right blames the cause of environmental damage, especially legal entities, since there is to be careful so that marketing activities are not carried out at all costs, with serious damage to the environment environment. The purpose is therefore to identify, as the Brazilian legislation seeks to environmental protection. To analyze how is the accountability of the cause of environmental damage, in civil, administrative and criminal spheres, held technical procedures specific bibliographic analysis through numerous sources such as laws, books and doctrines always using the printed material and Internet. It used the deductive method with quantitative approach and descriptive. To illustrate more precisely how is this accountability has been studied, from the large number of material produced lately by both the academic and the specialized media, the case of dam break in Mariana, Minas Gerais municipality.

Key words: Disaster. Responsibility. Ambient Damage

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. MEIO AMBIENTE E O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE	12
1.1 Classificação de Meio ambiente	12
1.2 Evolução Histórica	13
1.3 O despertar da sociedade quanto à preservação ambiental	17
1.3.1 Desenvolvimento Sustentável	20
2 DA TRÍPLICE RESPONSABILIZAÇÃO PELOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE	23
2.1 Conceito de dano ambiental	23
2.1.1 Classificação dos danos	24
2.1.2 Conceito do poluidor pagador e usuário pagador	24
2.2 Da responsabilização civil pelos danos ambientais	28
2.2.1 Da responsabilidade civil objetiva	28
2.3 Da responsabilização administrativa ambiental	30
2.3.1 Fundamentos jurídicos da responsabilização administrativa	31
2.3.2 Das sanções administrativas ambientais	33
2.3.2.1 <i>Tipos de sanções administrativas</i>	33
2.4 Da responsabilização penal ambiental	34
2.4.1 Da responsabilização penal ambiental da pessoa jurídica	35
3. DANO AMBIENTAL E A RESPONSABILIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA SAMARCO	38
3.1 Dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG	38
3.2 Da responsabilização da Samarco frente aos danos causados ao meio ambiente	41
3.3 O que já foi realizado para minimizar os impactos da tragédia	44
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

A sociedade mundial e a brasileira, de forma específica, vêm constantemente presenciando, em decorrência do uso desenfreado dos recursos naturais, graves prejuízos ao meio ambiente que, na maioria das vezes, são irremediáveis ou de difícil superação considerando o caráter esgotável da sua biodiversidade.

Todavia, num sentido totalmente mercadológico, na lógica do capital, que desconsidera que os recursos ambientais são esgotáveis e, nesse sentido, devem ser utilizados de forma consciente, identifica-se o crescimento de desastres ambientais que, na grande maioria das vezes são causados por empresas que exploram os recursos no intuito de abastecer o mercado consumidor.

O meio ambiente passa a receber uma sobrecarga de impactos a partir das Revoluções Industriais e Agrícolas, onde se inicia a produção de excedente que são comercializados com finalidade de obter lucros. O homem começa a migrar do campo para a cidade em busca de empregos nas fábricas. A modernização chega ao campo proporcionando aumento na produção de alimentos.

No mundo todo começam a surgir as primeiras consequências dessa expansão econômica. Desastres ambientais relacionados com a exploração ambiental começam a ser cada vez mais frequentes e a maioria deles tem seu histórico marcado pela falta de estudo dos impactos que a atividade pode causar. Outro grande desencadeador de desastres ambientais é descarte indevido dos rejeitos de produção, propagando assim detritos altamente tóxicos, no ar, na terra e na água e provocando mortes e danos irreparáveis ao meio ambiente.

Deste cenário de alerta, surgem às primeiras conferências para discutir a temática ambiental, os países se unem no intuito de discutir medidas preventivas, fundadas na educação ambiental. Abordam também maneiras eficazes de punir os causadores dos danos. A partir dos documentos elaborados pelas conferências, os países foram criando e inovando as ferramentas que hoje são utilizadas no direito ambiental.

O Brasil conta com uma vasta legislação ambiental. A Constituição Federal de 1988 é clara ao prelecionar que o meio ambiente é um bem comum de todos, e deve

ser preservado para as futuras gerações, além da CF/88 leis esparsas, decretos, resoluções, portarias e até mesmo os códigos penal, civil abarcaram a proteção ambiental. Todos esses dispositivos buscam primordialmente a prevenção, mas havendo o dano a reparabilidade é medida que se impõe.

O presente trabalho é composto por três capítulos, o primeiro é uma análise histórica, que envolve os grandes desastres ambientais, principais conferências e o marco histórico do início da conscientização ambiental, alguns conceitos como, de meio ambiente e desenvolvimento sustentável também são tratados neste primeiro momento.

O segundo capítulo aborda as principais leis que compõem o direito ambiental. Conceitua dano e suas características e enfatiza a tríplice responsabilização pelos danos causados ao meio ambiente e como a responsabilização civil, penal e administrativa é tratada como ferramentas a disposição do Estado no intuito de inibir o acontecimento do dano.

O terceiro capítulo faz uma análise do desastre ocorrido no ano de 2015 em Mariana/MG, onde uma barragem de rejeitos de propriedade da Samarco Mineração S.A rompeu desencadeando um mar de lama, que soterrou um distrito e atingiu mais de 40 cidades, sendo considerado o maior desastre ambiental do Brasil.

A abordagem feita ao caso prático visou averiguar os impactos da tragédia, através de laudos e visitas técnicas realizadas primordialmente pelo IBAMA e outros institutos. Destaca-se também em que fase estão as ações em curso nas três esferas de responsabilização, a partir da avaliação do que já foi feito até o momento.

1 MEIO AMBIENTE E O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE

Atualmente, desenvolvimento econômico e sustentabilidade são temas recorrentes das discussões acerca do futuro do planeta. A Revolução Industrial representa o início dos ataques desenfreados ao meio ambiente com a finalidade de proporcionar o aumento da produção e crescimento econômico. Ocorre que até os dias atuais colhemos os frutos desse crescimento não sustentável, sendo os desastres ambientais um alerta para todo o mundo repensar o uso dos recursos naturais.

1.1 Classificação de Meio Ambiente

Para tratar das temáticas: Danos e Responsabilização ambiental, se faz mister definir o que é Meio Ambiente. Existe uma perspectiva do que vem a ser “meio ambiente”; talvez à primeira vista possa se imaginar como sendo o sinônimo de natureza, mas nossa legislação foi além dessa visão romântica para positivar o referido conceito.

De acordo com a Lei 6.938/81, art. 3º, I, “meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Silva (1998, p. 2), preleciona que “meio ambiente é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as formas”.

Alguns autores, como: Silva (2015), consideram que a definição legal de meio ambiente é tímida, pois engloba apenas os fatores naturais como sendo parte do ambiente, devendo esse conceito, ser interpretado de forma ampla, no sentido de inserir os aspectos sociais, culturais e econômicos nesta definição. Neste sentido, deve-se considerar como sendo meio ambiente os aspectos bióticos, abióticos, econômicos, sociais e culturais.

A Resolução 306/2002 do CONAMA, norma editada após a Constituição Federal de 1988, conceitua meio ambiente como sendo o “conjunto das condições, leis,

influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Ou seja, o meio ambiente pode ser entendido como tudo que está à nossa volta, subdividindo-se em meio ambiente natural, meio ambiente cultural, meio ambiente artificial e meio ambiente do trabalho.

Meio ambiente natural – integra a flora, a fauna, o ar atmosférico, a água, o solo, o patrimônio genético e a zona costeira; meio ambiente cultural – integra o patrimônio cultural, turístico, arqueológico e científico, artístico, paisagístico e paleontológico; meio ambiente artificial – integra equipamentos urbanos, os edifícios comunitários, arquivo, registro, biblioteca, pinacoteca, museus e instalação científica ou similar; meio ambiente do trabalho – integra a proteção do homem em seu local de trabalho com observância às normas de segurança (SIRVINKAS, 2011, p. 43).

A divisão supracitada é a mais aceita e conceituada entre os estudiosos e doutrinadores, por ser considerada a mais didática. Portanto, meio ambiente é tudo que encontramos na Terra, envolvendo os seres vivos e as coisas não vivas, sendo a convivência harmônica entre esses elementos é o grande desafio da presente geração.

1.2 Evolução Histórica

Desde os primórdios, o homem tira da terra seu alimento: a agricultura antiga se caracterizava como atividade de subsistência e não havia comercialização dos alimentos produzidos, sendo a produção em pequena escala. Aproveitava-se da terra somente enquanto ela produzia naturalmente. O método utilizado era o tradicional e valendo do esforço humano e animal para produzir, respeitando o ciclo da terra, a melhor época para o plantio; cultivava-se em cada região aquilo que era típico do local, não era necessário forçar a terra por meios artificiais, como adubos e maquinários agrícolas, para que produzissem determinado produto, até porque o resultado do trabalho na terra era o alimento que iria para a mesa do agricultor e não um produto destinado ao mercado de consumo. Portanto, a produção rural pouco impactava o meio ambiente.

Pierangeli (1998, p. 9) afirmava que “o homem primitivo sem que tivesse noção da importância da conservação da natureza agrediu-a bem pouco, até porque suas

necessidades básicas eram também poucas. Não destruía as florestas e nem dizimava a fauna.

O cenário da degradação ambiental começou a tomar novos rumos a partir da Revolução Industrial, mas na década de 1960, com a Revolução Agrícola ou também chamada Revolução Verde, novas técnicas foram implementadas no intuito de aumentar a produção. Ao longo dos anos, além do alimento necessário para a subsistência, passou-se a produzir excedentes.

Segundo Dias (2011, p. 4) “a produção de alimentos permite uma abundância de comida, que possibilita um grande incremento da população, que por sua vez ocupa mais espaços em detrimento de ambiente natural.

A expansão da agricultura juntamente com o aumento populacional contribui para os primeiros desmatamentos, não somente para a obtenção de terras cultiváveis como também para a utilização de árvores como combustíveis (JUNQUEIRA, 2002).

O Brasil, particularmente, viveu desde a época do descobrimento até a década de 60, um período chamado de fase individualista ou desregada, inexistiam preocupações com o meio ambiente (FARIAS; COUTINHO; MELO, 2005).

Nesse sentido, Dias (2011, p. 7) “os processos de industrialização aumentaram de forma espetacular, mas foram concebidos de maneira irracional, tendo como resultado o grave problema ambiental que afeta todo o planeta nos dias de hoje”.

Diversos foram os problemas acarretados por essa ação impensada, como por exemplo: o aumento vertiginoso do lixo e da poluição; efeito estufa e buraco na camada de ozônio, alterações na superfície da Terra, queimadas, escassez de água; concentração das populações nas cidades com a conseqüente proliferação das favelas, aumento da pobreza e da criminalidade, sendo considerada a Revolução Industrial o começo das efetivas agressões à natureza (PIERANGELLI, 1998).

Durante o início dessa revolução, o homem pensava que os recursos naturais eram inesgotáveis e cada vez mais o meio ambiente era agredido para a satisfação do binômio produção-consumo. De forma vertiginosa, as pessoas abandonavam o campo e os reflexos desse período são sentidos até hoje pelo meio ambiente.

Somente no final do século XIX, após a Primeira Guerra Mundial é que a humanidade passa a perceber que os recursos naturais são finitos e que a extinção

deles pode ocasionar a extinção da espécie humana, discussões acerca do tema preservação ambiental e desenvolvimento tornam-se mais comuns e necessários.

A visão equivocada de que os recursos naturais eram ilimitados e estavam à disposição do homem, somente começou a ser questionada e exigiu maior reflexão da humanidade na década dos anos 70 (DIAS, 2011).

Tragédias ambientais causadas pelo desregrado uso dos recursos naturais impulsionaram a mudança na concepção acerca da importância da preservação ambiental. O primeiro grave acidente ambiental ocorreu na Bélgica, nos anos 30, quando uma névoa ocasionada pela emissão de gases tóxicos na atmosfera proveniente das indústrias associadas a condições climáticas desfavoráveis cobriu uma zona industrial ocasionando à população tosse e dores no peito, dificuldade de respirar, irritação da mucosa nasal e dos olhos, cerca de 70 pessoas morreram (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Outro incidente conhecido como *Trail Smelter Case*, em 1941, em que as emissões tóxicas geradas por uma fábrica instalada no Canadá afetavam os habitantes da cidade vizinha norte-americana, se tornou o primeiro caso de litígio ambiental. A empresa *Consolidated Mining and Smelting Co of Canada*, do ramo de zinco e chumbo, foi acusada de poluir áreas pertencentes aos Estados Unidos da América (CEZÁRIO, 2010).

Na década de 50, a cidade Minamata, no Japão, ficou conhecida devido ao Mal de Minamata, doença que acometia os moradores da região, diagnosticada como sendo reflexo do despejo de resíduos da empresa Chisso, às margens do rio, causando concentração de mercúrio em peixes, ocasionando a morte dos moradores da região que consumiam os peixes contaminados. “A contaminação acontecia desde 1939 devido a uma companhia química instalada às margens” (DIAS, 2011, p. 9).

No ano de 1952, o ar densamente poluído de Londres, resultado da queima de carvão e lenha, provocou uma grande fumaça desencadeando a morte de 1.600 pessoas. O episódio ficou conhecido como *Big Smoke* (DIAS, 2004).

Em 1967, o petroleiro *Torrey Canyon* afunda e despeja 320 mil toneladas de petróleo no Reino Unido e França; em 1978, o petroleiro *Amóco-Cadiz* se partiu e derramou 223 mil toneladas de petróleo na costa francesa (ROSA, 2015).

Em 1976, no dia 10 de julho, em Seveso, cidade da costa italiana, perto de Milão, a fábrica *Hoffmann-La Roche* liberou densa nuvem de um desfolhante conhecido como agente laranja que, entre outras substâncias, continha dioxina, altamente venenosa. Em torno de 733 famílias foram retiradas da região. Pelas estatísticas da época, mais ou menos, 5.000 italianos foram vítimas deste acidente (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Em dezembro de 1984, na Índia, ocorreu a tragédia de Bhopal, quando 40 toneladas de gases tóxicos fatais (gases como isocianato de metila e o hidrocianato) vazaram da fábrica de pesticidas da empresa norte-americana *Union Carbide* (GREENPEACE, 2004). Morreram 3.323 pessoas, 35.000 ficaram doentes crônicas e 200.000 pessoas foram retiradas da área contaminada (TINOCO; KRAEMER, 2011).

No Brasil, em Cubatão, duas explosões causadas por vazamentos de gás causaram a morte de 150 pessoas, em Vila Socó. “A poluição, decorrente do acidente foi apontada como a principal causa de partos de fetos anencefálicos na região” (SILVA, 2015, p. 40).

Vale lembrar que Cubatão já foi uma das regiões mais poluídas do mundo, e chegando a ser conhecida como “vale da morte”. As nuvens que ali se formavam continham toneladas de substâncias tóxicas lançadas das chaminés de indústrias e de refinaria de petróleo. Essas nuvens, levadas pelos ventos, precipitavam-se em forma de chuvas ácidas sobre as encostas da Serra do Mar (TINOCO; KRAEMER, 2011, p. 20).

No ano de 1986, na central nuclear de Chernobyl, na cidade de Pripyat, na Ucrânia, houve a explosão do reator 4, desencadeando um incêndio que durou uma semana. A radiação se espalhou e atingiu vários países europeus, chegando até o Japão. O material radioativo disseminado naquela ocasião era 30 vezes maior que o das bombas usadas em Hiroshima e Nagasaki (SOUSA, 2016).

Em setembro de 1987, um grave acidente radioativo, em Goiânia/GO, ocorreu quando alguns aparelhos de radioterapia foram descartados de maneira indevida e foram vendidos como sucata ao ferro velho. Os aparelhos continham uma cápsula de Césio-137, o dono do ferro velho, ao abrir a cápsula, liberou o pó radioativo contaminando cerca de 110 pessoas, sendo que 4 morreram (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Houve um intenso trabalho durante o processo de descontaminação, o que gerou o descarte de 6.000 toneladas de lixo, que era composto dos objetos que tiveram

contato com a radiação. Até os dias atuais o acidente é lembrado por toda a população, e é considerado o maior acidente radioativo do Brasil, fora das usinas nucleares (AMADO, 2015).

Todas essas tragédias, de repercussão mundial, a partir das consequências ambientais, contribuíram para o processo de conscientização acerca da importância da preservação ambiental e é deste cenário que surgem as mais importantes manifestações em prol do meio ambiente. Hoje, a problemática ambiental está na pauta dos mais importantes encontros mundiais.

1.3 O despertar da sociedade quanto à preservação ambiental

O livro *Primavera Silenciosa (Silent Spring)*, da bióloga americana Rachel Carson, é o marco do novo rumo tomado pelo desenvolvimento da sociedade industrial. O livro, lançado nos anos 60, fez um alerta acerca dos efeitos danosos da intervenção do homem no ambiente.

A obra de Rachel Carson denunciou os diversos problemas ambientais causados pelo uso desenfreado de inseticidas. Um dos grandes problemas relatados em seu livro foi a mortandade dos pássaros, por isso o nome **Primavera Silenciosa** (grifo nosso). “Os poucos pássaros que por qualquer lado se vissem estavam moribundos; tremiam violentamente, e não podiam voar. Aquela era uma primavera sem vozes” (CARSON, 1962, p. 12).

Ela foi a primeira autora a colocar para o grande público a questão dos resíduos de agrotóxicos no meio ambiente, afirmava que os seres humanos estavam sujeitos a entrar em contato com substâncias químicas perigosas, desde o momento que é concebido até sua morte, pois tais substâncias estavam presentes no leite materno e nos tecidos dos bebês não nascidos.

Tudo isso acontece em consequência do surto repentino e do prodigioso crescimento da indústria criada para a produção de produtos químicos, elaborados pela mão do homem ou sintetizados, mas sempre dotados de propriedades mortíferas insetos. Esta indústria é um dos frutos da Segunda Guerra Mundial (CARSON, 1962, p. 16).

Em seu livro, Rachel Carson condenava o uso de DDT (diclorofenilcetoano), um inseticida muito utilizado na época para o controle de pragas nas lavouras e aumento

da produção de alimentos. Ela chamava esses produtos químicos de Elixires da Morte e afirmava ser DDT o mais mortífero de todos, por isso a repercussão de sua obra foi tão grande. Em 1972, os Estados Unidos proibiram o uso de DDT. O Ministério da Agricultura no Brasil proibiu seu uso no ano de 1985, mas somente em 2009 que foi sancionada a Lei 11.936 que proibiu a fabricação, importação, exportação, manutenção em estoque e comercialização do DDT; hoje, este veneno proibido em mais de 40 países (DIAS, 2011)

O livro, Primavera Silenciosa despertou grande preocupação mundial com a preservação ambiental, tanto que os movimentos ambientalistas tomaram impulso, partindo de uma série de eventos mundiais de discussão em torno do assunto meio ambiente e preservação.

A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e, preocupados com o futuro do planeta, a Organização das Nações Unidas (ONU), os Estados e a comunidade científica realizaram a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente. O evento aconteceu nos dias 5 a 6 junho de 1972, na capital sueca e contou com representantes de 113 países (DIAS, 2004; MACHADO, 2006; MARADILLO, 2004).

Teve como resultado a Declaração Universal do Meio Ambiente, com 109 recomendações. A conferência tornou-se um fórum de debates entre diferentes posições dos países do Norte a Sul. Os países desenvolvidos defendiam que os compromissos com a preservação ambiental deveriam ser assumidos de maneira igual entre os países enquanto os países em desenvolvimento sustentavam que sua condição econômica deveria ser levada em consideração no que se referia à preservação ambiental, acreditavam que a preservação ambiental estava diretamente relacionada com a estagnação econômica (DIAS, 2004).

A Declaração Universal do Meio Ambiente apresentou que os recursos naturais devem ser preservados para as gerações futuras, foi uma extensão da Declaração Universal do Homem e é notável que seu conteúdo influenciou a elaboração de um capítulo exclusivo dedicado à proteção ambiental na Constituição Federal de 1988.

Os recursos naturais da Terra, incluídos o ar, a água, o solo, a flora e a fauna e, especialmente, parcelas representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras, mediante um

cuidadoso planejamento ou administração adequada (Declaração Universal do Meio Ambiente, 1972).

Assim sendo, a Conferência de Estocolmo deu início, de maneira globalizada, às discussões sobre meio ambiente, colocando tal temática na agenda política internacional, além de influenciar vários países na criação de programas e leis tendo como o centro, a proteção do meio ambiente. A partir da conferência ganharam força os movimentos organizados pela sociedade civil e a atuação das organizações não-governamentais de defesa do meio ambiente.

Em 1992, o Rio de Janeiro foi sede da Cúpula da Terra conhecida também como Rio 92 ou ECO 92. Durante sua realização, uma declaração de intenções foi assinada e chamada de Agenda 21, definindo as diretrizes da preservação ambiental e desenvolvimento.

A ECO 92 contou com a participação de 114 chefes de Estado e cerca de 500 mil visitantes. Pela primeira vez reuniram-se representantes de organizações não-governamentais, a sociedade civil e estadistas, todos com o mesmo objetivo: discutir o futuro do planeta (DIAS, 2011).

Em 1997, na cidade de Kyoto, no Japão, foi ratificado, ou seja, aprovado pelo Parlamento, o Protocolo de Kyoto e no Brasil foi ratificado pelo Congresso Nacional brasileiro pelo decreto legislativo 144/2002 sendo promulgado pelo Decreto presidencial 5.445/2005. O Protocolo de Kyoto foi o documento criado na COP-3 Conferência das Partes que assinaram os acordos da Rio 92, realizada na cidade de Kyoto no Japão, Conferência (AMADO, 2015).

Segundo Tinoco e Kraemer, (2011, p. 38) “o protocolo de Kyoto funciona como uma espécie de adendo a Convenção do Clima e estabeleceu como meta reduzir as emissões de gases poluentes dos países industrializados em 5,2% até 2012, sobre níveis existentes em 1990”.

A cidade de Johannesburgo, na África do Sul, foi a sede da Rio + 10, a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, no ano de 2002. Durante a Conferência foram discutidos pontos relevantes da Agenda 21 e dela surgiram dois documentos: a Declaração de Johannesburgo em Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação, os documentos reafirmavam os princípios discutidos na Conferência de Estocolmo e ECO

92. Reforçaram-se, neste momento, os compromissos e as metas traçadas nos eventos anteriores (SILVA, 2015).

Outra importante conferência foi a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20), realizada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2012. Colocou-se em voga, novamente, o tema meio ambiente, com foco na economia verde e erradicação da pobreza. O grande legado da Rio + 20 foi a edição do documento denominado “O Futuro que Queremos”, o qual aborda uma das principais diretrizes da preservação ambiental, que é o desenvolvimento sustentável (SILVA, 2015).

Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável. Reafirmamos também que, para a realização do desenvolvimento sustentável, é necessário: promover o crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo; criar maiores oportunidades para todos; reduzir as desigualdades; melhorar as condições básicas de vida; promover o desenvolvimento social equitativo para todos; e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas, o que contribui notadamente com o desenvolvimento social e humano, sem negligenciar a proteção, a regeneração, a reconstituição e a resiliência dos ecossistemas diante dos desafios, sejam eles novos ou já existentes (DECLARAÇÃO FINAL DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2012, p. 3).

As conferências e seus resultados influenciaram diretamente no amadurecimento da legislação brasileira. Diante de tamanha complexidade e particularidades que requer a matéria foi gradualmente sendo formulado o Direito Ambiental, através de leis e dispositivos específicos que buscam resguardar o meio ambiente das ações degradadoras, impondo limites à sua exploração. As diretrizes debatidas nas principais conferências são as principais fontes do Direito Ambiental, tornando-o um ramo específico do Direito.

1.3.1 Desenvolvimento sustentável

Dos debates entre as entidades governamentais, não-governamentais e sociedade civil, com a conscientização de que os recursos naturais são esgotáveis, emergiu o termo Desenvolvimento Sustentável, que se consagrou na esfera internacional como forma de salvar o planeta da devastação desmedida e provocada

pela produção em massa. Essa terminologia é um desdobramento da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente (1992), cujo princípio 03 consagra que: “O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de gerações presentes e futuras”.

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pela Organização das Nações Unidas, sob a liderança da médica e primeira-ministra da Noruegua, Gro Harlem Brundtland, elaborou o Relatório de Brundtland em 1987 que conceituou desenvolvimento sustentável como sendo “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias” (ONU, 1987).

Equilibrar desenvolvimento econômico com preservação ambiental tornou-se o grande desafio contemporâneo para todo o mundo, Porém, não podemos dizer que desenvolvimento sustentável somente diz respeito à economia e meio ambiente, possui também uma perspectiva social, pois a equidade deve estar presente na distribuição da riqueza, pois não há como exigir conservação do meio ambiente para as gerações futuras, de classes que não possuem o mínimo de dignidade humana.

A conscientização da humanidade acerca do desenvolvimento sustentável é fruto da educação e informação que lhe é propiciada. Nesse sentido, é importante salientar que, no Brasil, a educação básica e superior tem como diretrizes pedagógicas e curriculares, o ensino de Educação Ambiental, conforme exposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a qual estabelece que:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

- I - educação básica:
 - a) educação infantil;
 - b) ensino fundamental e
 - c) ensino médio;
- II - educação superior;
- III - educação especial;
- IV - educação profissional;
- V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Cita-se, ainda, o art. 3º da Lei Complementar nº 140, de 2011, a qual afirma em seu texto oficial:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum a que se refere esta Lei Complementar:

I - proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente;

II - garantir o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais;

III - harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente;

IV - garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.

O desenvolvimento sustentável deve ser considerado como mecanismo de promoção de uma vida digna, utilizando-se do meio ambiente como fonte de sobrevivência e não como um meio para atingir objetivos econômicos apenas.

Dessa forma, é possível afirmar que um número expressivo de tragédias ambientais foi provocado por empresas e com todas as mudanças de concepção trazidas tanto pelas tragédias ambientais quanto pelas conferências ambientais, várias optaram por carregar a bandeira da sustentabilidade, mas não se pode crer que está tudo resolvido, pois muitas vezes, a logomarca da sustentabilidade é apenas marketing. Nesse sentido:

Não nos iludamos: as empresas, em sua grande maioria, só assumem a responsabilidade socioambiental na medida em que os ganhos não sejam prejudicados e a competição não seja ameaçada. Portanto, nada de mudanças de rumo, de relação diferente para com a natureza, nada de valores éticos e espirituais (SAMPAIO, 2015, p. 45).

Assim, diante de tantas conquistas, percebemos que muito ainda há para se fazer, o desenvolvimento sustentável deve ser colocado em prática, e não em propagandas. Portanto, é necessário buscar a conscientização e aprender a viver com aquilo que é fundamental para a manutenção da vida, poupando mais a natureza e os recursos que ela ainda dispõe para o ser humano.

2 DA TRÍPLICE RESPONSABILIZAÇÃO PELOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE

A preservação do meio ambiente está relacionada diretamente com a continuidade da existência humana, devendo o patrimônio ambiental ser protegido contra as inúmeras agressões que vem sofrendo. Nesse contexto o Estado assume o dever de responsabilizar os causadores dos danos ambientais nas esferas civil, penal e administrativa.

2.1 Conceito de Dano Ambiental

É sabido que as atividades desenvolvidas sobre a Terra sejam pelas pessoas jurídicas ou físicas, geram impactos de diversas magnitudes ao meio ambiente e os prejuízos provenientes da ação humana sobre a natureza são considerados os danos ambientais.

A legislação brasileira não positiva o conceito de dano ambiental, mas, Milaré (2005, p. 735) nos apresenta dano ambiental como sendo “a lesão aos recursos ambientais, com conseqüente degradação - alteração adversa ou *in pejus* - do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida”.

Antunes (2005, p. 203), nos diz que “dano ambiental é o dano ao meio ambiente”. Configura-se então, dano ambiental todos os prejuízos causados ao meio ambiente natural e artificial, que lesione a vida ou impossibilite seu desenvolvimento saudável.

O Direito quando atua na esfera ambiental deve se preocupar, primordialmente, com as políticas preventivas, pois além da possibilidade da irreparabilidade é difícil a valoração os danos causados ao meio ambiente, por muitas vezes os danos ambientais possuem valores inestimáveis, nesse sentido preleciona Milaré (2004, p.740) “mesmo levado avante o esforço reparatório, nem sempre é possível, no estágio atual do conhecimento, o cálculo da totalidade do dano ambiental”.

Amado (2015, p. 240), nos traz que, “o dano ambiental normalmente é irreparável in natura, pois um jacaré retirado de seu habitat por certo lapso de tempo não mais se readaptará ao mesmo ou uma floresta desmatada não poderá ser colada, podendo-se no máximo reflorestar de constituir novo ecossistema similar”.

Com o mesmo posicionamento Milaré (2005, p.739) aduz que, “por mais custosa que seja a reparação, jamais se reconstituirá a integridade ambiental ou a qualidade do meio que for afetado”. Por isso as leis impostas aos cidadãos devem ter a finalidade de inibir o comportamento que venha a desencadear o dano ambiental.

Diante do exposto percebe-se que o dano ambiental, tem suas particularidades em relação a outros tipos de danos. O meio ambiente é um bem de uso comum do povo devendo ser conservado para as futuras gerações, conforme posicionamento da Constituição Federal em seu art. 225 *caput*:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

O dano ambiental ultrapassa a individualidade, segundo Milaré (2005, p.738) “a lesão ambiental afeta, sempre e necessariamente, uma pluralidade de vítimas”, atento a essas particularidades os danos ambientais foram subdivididos e receberam uma classificação.

2.1.1 Classificação dos danos

Os danos são classificados, segundo Leite (2003, p. 95) “levando em conta a amplitude do bem protegido, quanto à reparabilidade e aos interesses jurídicos envolvidos, quanto à sua extensão e ao interesse objetivado”.

Em relação à amplitude, se subdivide em: dano ecológico puro: é aquele em que o patrimônio vítima do dano é o natural (fauna e flora); dano ambiental *lato sensu*: é o dano que atinge todos os elementos que nos circundam, por exemplo, nosso patrimônio cultural; dano individual ou reflexo: é o dano que agride o patrimônio de uma determinada pessoa, está relacionado com interesses individuais de proteção ao microbem ambiental.

Quanto à reparabilidade e ao interesse envolvido, se classifica em: dano ambiental de reparabilidade direta: é aquele que deve ser ressarcido a um indivíduo específico; dano ambiental de reparabilidade indireta: é o que se relaciona com os interesses da coletividade, a reparação não vai direcionada a uma pessoa e sim a uma comunidade, por exemplo.

Quanto à extensão, pode ser: dano patrimonial ambiental: é aquele dano que recai sobre os pertences materiais, exemplo: um evento danoso que acarrete destruição de uma casa; dano extrapatrimonial ambiental: é aquele que fere um bem intangível, é o que fere a moral do indivíduo.

Por fim, quanto aos interesses objetivados, se bipartem em: dano ambiental de interesse público ou coletivo: é o dano que afronta o interesse de toda uma coletividade, o derramamento de óleo no mar pode ser exemplo, pois atinge um patrimônio que é de todos e afeta toda uma comunidade; dano ambiental de interesse individual: é o dano que reflete sobre um patrimônio individual (LEITE, 2003).

Na construção de uma responsabilidade, deve se considerar todas as peculiaridades que o dano ambiental pode acarretar, para tanto, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) positivou em seu artigo 225, § 3º que “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”. O Estado diante de um dano consumado deverá agir em caráter de repressão, aplicando todas as sanções que são cabíveis em cada caso particular. Para aplicação da lei, primordial se faz definir quem é o responsável pelo dano.

É interessante, portanto, observar que a reintegração, recomposição ou recuperação do bem ambiental que sofre lesão abrange a restauração do *status quo ante* e, também se refere à recuperação dos recursos naturais afetados. É relevante mencionar que, de acordo com Sendim (1988), consolidando-se o dano ao meio ambiente, é provável que a possibilidade de sua reparação, do ponto de vista ecológico, seja remota.

Convém salientar que igualmente importante quanto à recuperação do meio ambiente agredido é o cuidado de extinguir a atividade poluidora e buscar meios para

reverter a área degradada. Porém, quando se trata de um dano ambiental, o *status quo ante*, torna-se impossível, uma vez que degradado, o recurso natural não pode voltar ao estado em que se encontrava antes da atividade que originou a degradação.

Em relação à recuperação das áreas atingidas pelo dano ecológico, o artigo 225, §2 da Constituição Federal salienta que: “Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei” (BRASIL, 1988).

De maneira análoga, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu art. 2º reza que esta política traz consigo o intuito de possibilitar a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, com vistas a assegurar, as condições para o desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e, ainda, à proteção da dignidade da vida humana.

2.1.2 Conceito do poluidor-pagador e usuário-pagador

Todos os indivíduos têm resguardado, pela Constituição Federal, o direito usufruir do meio ambiente desenvolvendo nele suas atividades, porém, são responsáveis por sua proteção. Qualquer pessoa está sujeita a ser um poluidor, é que nos traz a Lei nº 6.938/81, em seu artigo 3º, inciso IV, vejamos: “poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental” (BRASIL, 1981).

Portanto, aquele que dá causa a degradação ambiental é o poluidor, e este tem o dever de reparar o dano, surgem então os institutos do poluidor-pagador e usuário-pagador, estas são as partes que configurarão no polo passivo das demandas judiciais que envolvam o meio ambiente, torna-se de suma importância a identificação do poluidor para aplicação das sanções, sejam elas administrativas, penais ou civis.

O princípio do poluidor-pagador é “um dos mais importantes valores do direito ambiental” (RODRIGUES, 2013, p. 297). Tal princípio é utilizado como instrumento econômico, pois, após a identificação do poluidor lhe será imputado o dever de ressarcir financeiramente os custos inerentes a reparação dos danos ambientais

causados. Cobrar pelos danos provocados é uma forma de desestimular o uso desenfreado dos recursos naturais, haja vista que os que exploram atividades de risco ambiental, deverão sempre, independente de culpa ou dolo, serem responsabilizados pelos prejuízos, na esfera civil e havendo ilicitude na conduta também serão responsabilizados penal e administrativamente.

A Constituição Federal de 1988, abarcou o tema, em seu artigo 225, § 2º, onde positiva que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (BRASIL, 1988).

O causador do dano está sujeito a sanções jurídicas, não devendo o conceito de poluidor-pagador ser entendido como uma flexibilização da utilização dos recursos naturais, onde pode-se poluir ou degradar e depois pagar, tal instituto visa a prevenção (RODRIGUES, 2013).

Outro importante instituto é o do usuário-pagador, este estabelece que “o usuário de recursos naturais deve pagar por sua utilização” (SILVA, 2015, p.77). Nada mais justo que aqueles que utilizam os recursos naturais com fins lucrativos ou particulares paguem por sua utilização, já que o meio ambiente é de uso comum de todos. Neste caso se torna irrelevante a comprovação da ocorrência de algum dano, para que se tenha o dever de reembolsar a sociedade, ou seja, o indivíduo paga pela simples utilização do bem.

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), em seu artigo 4º, inciso VII determinou ao usuário dos recursos naturais: “contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos” (BRASIL, 1981). Destarte, verifica-se que é obrigatório o pagamento pela utilização dos recursos naturais bem como ressarcimento caso o dano ocorra.

Tendo em vista, o dano consumado e o conhecimento dos causadores, cabe ao Estado, através do conjunto de normas disponíveis no ordenamento jurídico brasileiro, aplicar os institutos da responsabilização ambiental.

2.2 Da responsabilização civil pelos danos ambientais

Ocorrido o dano, é fundamental que haja sua classificação e aferição da sua proporção, para assim, serem acionados os mecanismos legais, no intuito de responsabilizar o causador do dano. A responsabilização civil apresenta-se como um dos meios que o Estado tem para proteger o meio ambiente e buscar a reparabilidade do dano, através de indenizações que devem ser pagas pelo causador do evento danoso à vítima, podendo a vítima ser um indivíduo ou até mesmo a coletividade.

2.2.1 Da Responsabilidade Civil Objetiva

A responsabilidade civil está prevista no Código Civil brasileiro dos artigos 927 ao 954 dentro do capítulo “Da Obrigação de Indenizar” e artigos 186 ao 188 estes alocados no capítulo “Dos Atos Ilícitos”. Tais artigos positivam acerca das consequências que podem acarretar os atos danosos. A responsabilização civil trata-se de uma evolução da lei de talião, olho por olho, dente por dente, onde o indivíduo lesado buscava fazer justiça com as próprias mãos, hoje encontramos um cenário diferente em que o Estado assume o papel de buscar a justiça não podendo o lesado fazer sua própria justiça, ao Estado, nos dias atuais, cabe a tarefa de punir (WEYERMÜLLER, 2010).

A responsabilização civil até o ano de 2002 era somente subjetiva, ou seja, o elemento culpa deveria estar presente para que houvesse o dever de reparar o dano, ocorre que dessa forma ficava restrita a tomada de medidas judiciais, posto que a maioria das atividades que exploram o meio ambiente são lícitas, ou seja, possuem licenças e autorizações. Machado (1986, p. 63) entende que: “a necessidade de se provar a ação ou omissão voluntária ou a negligência ou imprudência do poluidor

estava levando à irresponsabilidade, pelos prejuízos provocados pelas atividades notadamente industriais”.

Então, devido à fragilidade das leis e o aumento vertiginoso da exploração do meio ambiente bem como da impunidade, uma mudança ocorreu a partir de 2002 e a responsabilidade sem culpa foi introduzida no Código Civil em seu artigo 927, parágrafo único onde está positivado que: “Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos específicos em lei, ou quando a atividade desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem” (BRASIL, 2002; MILARÉ, 2009).

De acordo com o artigo supracitado quem, mesmo sem culpa, quem estiver exercendo atividade de risco, tem o dever de reparar os danos que porventura essa atividade venha a causar, segundo Milaré (2009, p.953) “é o reconhecimento da responsabilidade sem culpa, segundo o cânone da teoria do risco criado”.

A teoria do risco torna-se elementar na concepção da responsabilização civil ambiental, acerca de tal teoria Canotilho (1998, p. 143) se posiciona da seguinte forma “um sujeito que desenvolve uma atividade perigosa para a sociedade e dela tira benefícios, então é justo que ele suporte os danos que causar, mesmo sem culpa”. A consagração da responsabilidade objetiva em matéria de direito ambiental é consequência da proliferação das atividades danosas ao meio ambiente e da dificuldade de encontrar culpa na conduta do agente degradador.

O Direito Ambiental, claramente adota o sistema da responsabilidade objetiva, é o que percebemos quando verificamos a Lei 6.938 de 1981, que rege a Política Nacional do Meio Ambiente, onde tal posicionamento é reafirmado em seu art. 14, parágrafo 1º, vejamos: “Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade” (BRASIL, 1981).

A responsabilidade objetiva, pelos danos ambientais, também está positivada na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 21, inciso XXIII, alínea d, temos: “a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa” (BRASIL, 1988) e o artigo 225, parágrafo 2º, nos traz que: “Aquele que explorar recursos minerais

fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei” (BRASIL, 1988).

Portanto quando falamos em dever de reparação, em matéria de Direito Ambiental, deve ser levado em consideração a efetivação do dano e do nexo de causalidade. Mesmo que a atividade, que resulte o dano, esteja sendo exercida dentro dos padrões de legalidade não há como se eximir da responsabilização civil. Pouco importa saber como e porque ocorreu o dano, basta apenas à confirmação do dano e a identificação do responsável. Preleciona Cavalieri Filho (2003, p. 148) “o dever de indenizar se faz presente tão-só em face do dano, ainda nos casos de culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro, caso fortuito ou de força maior”.

A grande dificuldade encontrada, quando se fala em reparação civil dos danos ambientais, é mensurar a significância dos danos para que se estabeleça o quantitativo da pena, isso porque a lei não indica critérios objetivos para a aferição dos danos ficando assim a cargo dos agentes públicos e dos juízes o exame da situação.

Destarte, mesmo frente à difícil tarefa de quantificar e qualificar os danos ambientais, cabe ao Estado, com fundamento no art. 225 da Constituição Federal de 1988, impor ao causador do dano a obrigação de repará-lo. Sendo, obrigatória a atuação do Estado na proteção ambiental, seja atuando através da efetiva fiscalização, aplicação de multas ou oferta de incentivos fiscais, incumbindo aos Três Poderes (legislativo, executivo e judiciário) o dever de intervir na preservação do meio ambiente (SILVA, 2015).

A responsabilidade civil ambiental, é um dos instrumentos que o Estado deve utilizar na busca da proteção ambiental, é um valioso mecanismo inibidor das práticas abusivas que degradam o meio ambiente, haja vista seu caráter preventivo e reparador. Mas, não é a única forma de responsabilização, caso necessário deverá o poluidor ser punido da esfera penal e administrativa.

2.3 Da responsabilização administrativa ambiental

As sanções administrativas na esfera ambiental são aquelas aplicadas aos que infringem as normas administrativas criadas em defesa do patrimônio ambiental. Os

agentes públicos no exercício do poder de polícia ao constatar as infrações ambientais poderão, de acordo com a legislação vigente, impor ao autor da infração, multas, suspensão de atividade, advertência, interdição de atividade entre outras penalidades estabelecidas na Lei nº 9.605 de 1998.

2.3.1 Fundamentos Jurídicos da Responsabilização Administrativa

Primordialmente, vale destacar que assim como ocorre na esfera civil e penal a responsabilização administrativa pelos danos ambientais têm suas características específicas. A Lei nº 9.605 de 1998 rege os procedimentos administrativos, especificamente nos artigos 71 ao 76, 79 e 79A, de forma subsidiária recorre-se a Lei nº 9.784 de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e ao Decreto nº 6.514 de 2008 que estabelece as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.

A Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) estabeleceu o conceito de infração administrativa ambiental em seu artigo 70, “Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente” (BRASIL, 1998).

De acordo com o artigo 70 da Lei 9.605/98, para o dano ser considerado uma infração administrativa deve-se haver uma regra preestabelecida para que ela possa ser infringida. Portanto, há um caráter objetivo, na responsabilização. Sendo importante a instauração de um processo administrativo para averiguar se houve de fato o dano e se o dano decorreu da não observância da legislação (MORAES, 2009).

Salienta-se que o Poder Público tem o dever de tutelar o meio ambiente, e o faz através de seus agentes, que são dotados do poder de polícia. O poder de polícia é segundo o Código Tributário Nacional (BRASIL,1966):

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 1966)

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Por conseguinte, poder de polícia é a atuação do poder estatal em prol do bem comum, buscando resguardar os interesses da coletividade. Sendo que, o poder de polícia age nas esferas punitivas, quando das aplicações das sanções administrativas face ao dano consumado ou infringência da lei. E nas esferas preventivas, quando do deferimento de licenças ambientais.

Importante ressaltar que o poder de polícia, deve ser utilizado, no estrito cumprimento da lei, e com observância ao devido processo legal, em consonância com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que diz que: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” (BRASIL, 1988).

O devido processo legal está inserido nos parágrafos 3º e 4º do artigo 70 da Lei 9.605 de 1998, vejamos:

§ 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.

Para que sejam aplicadas as sanções administrativas aos que exercem suas atividades em discordância com as leis, deve-se, primeiramente, ser instaurado o processo administrativo. Sendo realizada uma auditoria onde se buscará basicamente, a identificação do infrator, local, data e hora da ocorrência, o dispositivo legal que em que se fundamente a autuação e a penalidade que deve ser aplicada, todos esses dados serão colhidos pela autoridade ambiental competente (SILVA, 2013; MORAES, 2009). Moraes (2009, p. 16) entende que:

O procedimento da Lei nº 9.605/98, é similar ao utilizado pela fiscalização do Ministério do Trabalho e do Departamento de Polícia Federal, em que a autoridade se preocupa em constatar a infração e sua extensão, sem quantificá-la em pecúnia, o que é efetuado posteriormente através do ato de imposição de multa, o que ocorre somente após expirado o prazo para impugnação de eventual infrator.

O posicionado de Moraes reflete a preocupação que existe dentro da esfera administrativa em analisar detidamente os fatos dando ao suposto infrator a

oportunidade de se defender, utilizando todos os meios de provas permitidos em direito e acompanhado de advogado ou não.

Instaurar-se-á o processo administrativo ambiental através de portaria, após a fase instrutória é elaborado, pela autoridade processante, o relatório circunstanciado com a proposta punitiva que o relator averiguar ser devida. Os autos devidamente acompanhados do relatório serão submetidos à autoridade competente para o julgamento. A autoridade administrativa responsável pelo julgamento poderá concordar ou discordar do relatório apresentado, podendo condenar ou absolver o suposto autor dos fatos. Caso haja condenação, caberá recurso administrativo à autoridade superior daquela que proferiu o julgamento (SILVA, 2013).

Compete ao superintendente do IBAMA dos Estados, na esfera federal, designar quem será a autoridade competente para o julgamento dos processos administrativos ambientais. À Câmara Recursal, criada pela presidência do IBAMA, caberá a análise dos recursos interpostos. E das decisões proferidas pela Câmara Recursal caberá recurso ao CONAMA, esgotado as esferas administrativas, pode o suposto infrator recorrer ao judiciário (SIRVINKAS, 2013).

Ultrapassada a fase processual, restando comprovado a infração administrativa, deve o autor sofrer as sanções cominadas em lei, estabelecidas pelo órgão administrativo.

2.3.2 Das sanções administrativas ambientais

As sanções administrativas ambientais são as punições devidas aos que desrespeitam as normas de proteção ambiental e só serão atribuídas a quem, pessoa física ou jurídica incorrer em condutas que estejam tipificadas na legislação. Devendo ser observado, pelo agente fiscalizador, a gravidade dos fatos, os antecedentes do infrator e sua situação econômica.

2.3.2.1 *Tipos de sanções administrativas*

A Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, em seu artigo 72, bem como o Decreto nº 6.514/2008 artigo 3º apresentam o seguinte rol de

penalidades: advertência; multa simples; multa diária; apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade; demolição de obra; suspensão parcial ou total de atividades; restritiva de direitos (BRASIL, 1998; BRASIL, 2008).

Importante salientar que tal rol não é taxativo, podendo diante do caso concreto, a autoridade administrativa se valer de previsões legais existentes de outras normativas jurídicas, ademais, é facultado aos Estados e Municípios, diante de suas realidades, aumentarem a referida lista. Lado outro, tem se que, um mesmo infrator pode sofrer sanções cumuladas, desde que cometa uma diversidade de condutas lesivas.

As sanções apresentadas pela Lei 9.605/98 são as ferramentas que a Administração Pública possui para garantir a tutela ambiental, atuando mesmo sem provocação através da fiscalização. Inibindo, junto aos outros institutos, quais sejam civis e penais, praticas lesivas ao meio ambiente.

2.4 Da responsabilização penal ambiental

A responsabilização penal ambiental, juntamente com a responsabilização civil e administrativa, é medida indispensável na tutela do meio ambiente, especialmente quando a tutela civil e administrativa não surte efeito frente à dimensão do dano. Devem sofrer as sanções penais ambientais aqueles que cometem os chamados “crimes ambientais”. Assim como na seara civil e administrativa, o que se busca com o instituto da responsabilização penal ambiental é evitar que os danos ocorram.

Até o ano de 1998 a legislação penal ambiental estava pulverizada entre as diversas leis esparsas, até que, buscando facilitar a consulta ao ordenamento penal ambiental, foi sancionada a Lei 9.605/98, onde, em um único diploma legal encontra-se todos os crimes e penas relacionadas ao meio ambiente (SIRVINSKAS, 2013).

A Lei 9.605/98 é um “microssistema jurídico-penal ambiental” (SIRVINSKAS, 2013, p.839), também conhecida como: Lei dos Crimes Ambientais, sendo que a

mesma possui 82 artigos divididos dentro de oito capítulos. A responsabilização penal ambiental segue o princípio da legalidade, sendo considerado crime somente a conduta prevista na lei como tal.

A lei supracitada separou os crimes ambientais de acordo com os objetos da tutela, ficando a divisão da seguinte forma: crimes contra a fauna, crimes contra a flora, poluição e outros crimes. Os crimes ambientais são punidos com penas de detenção, multas, restrição de direitos, suspensão total ou parcial das atividades, prestação de serviço à comunidade, recolhimento domiciliar e prestação pecuniária (SILVA 2013; WEYERMÜLLER, 2010).

Pessoas físicas e jurídicas podem cometer qualquer dos crimes relacionados na Lei dos Crimes Ambientais, portanto, ambas devem ser responsabilizadas por suas condutas. Ocorre que há uma grande polêmica acerca da responsabilização da pessoa jurídica, no âmbito criminal, por ser essa um ente despersonalizado.

2.4.1 Da responsabilização penal ambiental da pessoa jurídica

A Constituição Federal de 1988 é clara ao estabelecer que as pessoas jurídicas estão sujeitas as sanções penais caso pratiquem condutas lesivas ao meio ambiente. Por conseguinte, a pessoa jurídica deve ser responsabilizada penalmente pelos crimes ambientais que cometer.

O instituto da responsabilização penal da pessoa jurídica é de extrema valia. Quando observamos os desastres ambientais ocorridos principalmente após a Revolução Industrial, percebemos que os grandes degradadores do meio ambiente são as empresas, que promovem um crescimento não sustentável.

Entretanto, mesmo a Constituição sendo clara, há os que defendem não ser possível aplicar sanções penais ambientais as pessoas jurídicas, sob a alegação que somente deve-se submeter às sanções administrativas. A teoria da Ficção de Friedrich Karl Von Savigny, prega que a pessoa jurídica não tem capacidade de ação, não podendo ser pólo ativo nos crimes ambientais, para Savigny a pessoa jurídica não passa de uma ficção legal, não agem com culpa, pois são inimputáveis (FIORRILLO; CONTE; 2012). Sirvinskas (2011, p. 90) consagra que:

Os penalistas mais ortodoxos não admitem a responsabilidade penal da pessoa jurídica, pois é incompatível com o sistema penal codificado existente na Europa Continental e na América Latina. A unidade interna de instituições e normas jurídicas cria obstáculos dogmáticos insuperáveis. Tais obstáculos não ocorrem com os países que adotam o sistema do *common law*.

Lado outro, a teoria da realidade se posiciona favorável ao instituto da penalização das entidades jurídicas frente aos danos ambientais, pois possuem vontades que são externalizadas pela soma das vontades de seus sócios e dirigentes, portanto são as pessoas jurídicas, plenamente capazes de cometerem os crimes ambientais, os principais defensores dessa teoria são, Planiol, Reipert, Gierke e Zitemann (SIRVINKAS, 2011).

A concepção de Savigny não merece prosperar nos dias atuais, haja vista que a responsabilização penal da pessoa jurídica é um mandamento constitucional, tendência mundial e os preceitos penais devem evoluir adaptando-se aos novos conceitos.

A Lei 9.605 de 1998, Lei dos Crimes Ambientais, adotou a teoria da realidade, adaptando-se aos preceitos constitucionais dividindo a responsabilidade penal ambiental em, responsabilidade penal da pessoa física e responsabilidade penal da pessoa jurídica. Quanto a punibilidade da pessoa física não há controvérsias pois, pois a punição é resultante da culpa. Enquanto a pena para a pessoa física deverá se basear no elemento culpa, de outro modo a pena para a pessoa jurídica deverá ser estabelecida com base nas consequências e extensão dos danos causados (SIRVINKAS, 2011; FIORILLO; CONTE, 2012).

As sanções penais que poderão ser aplicadas as entidades jurídicas são, penas de multa, as restritivas de direito, a prestação de serviços à comunidade, a desconsideração da personalidade jurídica e a execução forçada, devendo ser observado alguns critérios para a imposição das penas, como, a gravidade do fato, os antecedentes do infrator e a situação econômica do infrator em caso de multa (Lei n. 9.605/98).

A evolução da legislação penal ambiental no sentido de punir as personalidades jurídicas pelos crimes ambientais cometidos representou um grande salto favorável à preservação ambiental. Deixar com que as empresas se eximam das responsabilidades

na esfera penal seria um grande retrocesso, haja vista ser as pessoas jurídicas serem as responsáveis por boa parte dos crimes ambientais.

A tutela ambiental no Brasil está resguardada pela vasta legislação existente, ocorre que em pleno século XXI, ainda nos deparamos com tragédias de proporções ainda desconhecidas. A catástrofe ambiental ocorrida em Mariana, no estado de Minas Gerais é mais um dos grandes desastres provocados por empresas no desenvolver de suas atividades econômicas, deve o Estado diante de toda perspectiva narrada se valer de todas as prerrogativas legais para que esse desastre não caia no esquecimento sem a aplicação das devidas sanções legais aos causadores do dano.

3 DANO AMBIENTAL E A RESPONSABILIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA SAMARCO

Em novembro de 2015 foi noticiado pela imprensa a ocorrência do rompimento da barragem de Fundão, situada no Complexo Industrial de Germano, de propriedade da Samarco Mineração S.A, na cidade de Mariana, estado de Minas Gerais. O rompimento provocou um mar de lama que devastou o distrito de Bento Rodrigues se alastrando até o litoral do Espírito Santo, entrando assim, para a história das grandes catástrofes ambientais, sendo considerado o maior desastre ambiental do Brasil e o maior desastre envolvendo atividade mineradora no mundo.

3.1 Dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG

O Brasil sempre se destacou no cenário mundial por possuir uma vasta gama de recursos minerais. No século VXIII o Brasil foi considerado o maior produtor de ouro do mundo; na década de 60 foi encontrada a mais rica reserva de minério de ferro no estado do Pará; mais de 30 (trinta) tipos de minérios fazem do estado Bahia um dos locais mais procurados pelas mineradoras; o estado de Goiás é considerado a terceira maior província mineral do País (FIORILLO, 2013).

Minas Gerais é considerado o estado mais importante pelo setor da mineração, possuindo em seu território 40 das 100 mais importantes minas do país (IBRAM, 2014). A extração de minérios fomenta a economia do estado, mas além dos benefícios econômicos há os efeitos negativos que impactam o meio ambiente, tais como a drástica modificação da paisagem natural, provocada pelo desmatamento, contaminação dos rios, do ar e do solo afetando assim a qualidade de vida da comunidade local.

As atividades de extração mineral são potencialmente degradadoras, sendo comum a degradação da paisagem, a poluição, assoreamento dos cursos d'água, esterilização de grandes áreas e impactos socioeconômicos, porém apresentam extraordinário valor econômico (TINOCO, KRAEMER, 2011).

A cidade de Mariana está localizada na região que concentra a maior produção brasileira de minério de ferro e é uma das cidades que formam o quadrilátero ferrífero de Minas Gerais sua história de desenvolvimento é associada com a exploração do ouro nos séculos XVII e XIX. Mariana/MG, foi o local escolhido pela Samarco, empresa controlada pela BHP Billiton, na década de 70 para a instalação de um complexo de minas e usinas (FURLAN, BRANCO, 2015).

A mineração na cidade de Mariana possibilitou um vertiginoso crescimento econômico; segundo dados do IBGE (2013), entre 2010 e 2013 o PIB do município cresceu cerca de 80%, sendo o setor de extração mineral responsável por 70% deste crescimento. No ano de 2015 a empresa Samarco doou ao município de Mariana 3 milhões de reais para que fossem investidos no melhoramento do abastecimento de água (FURLAN, BRANCO, 2015). Em decorrência da prosperidade econômica levada ao município de Mariana, a empresa Samarco sempre manteve uma boa imagem junto à população.

O rompimento da barragem de Fundão e o transbordamento do dique de Santarém, modificou drasticamente a paisagem existente no local. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, órgão responsável pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente, responsável pela fiscalização ambiental e aplicação de penalidades administrativas, segundo a Lei 6.938 de 1981, elaborou em novembro de 2015, após o rompimento da barragem em Mariana um Laudo Técnico Preliminar, onde estão compilados os números até então aferidos deste desastre.

O referido Laudo Técnico Preliminar, tem se apresentado como um dos mais importantes documentos que retratam a dimensão do ocorrido em Mariana. É de suma importância o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo IBAMA no intuito de realizar um levantamento minucioso dos danos causados ao meio ambiente, pois somente assim será possível dimensionar o quantitativo das multas e outras penalidades que deverão ser aplicadas à empresa Samarco.

O ocorrido em Mariana/MG foi classificado como sendo desastre de muito grande porte. A barragem de Fundão continha 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, dos quais 34 milhões foram lançados subitamente no meio ambiente

com o seu rompimento e 16 milhões foram sendo lentamente despejados em direção ao mar até atingirem o estado do Espírito Santo, percorrendo os rejeitos 663,2 km de corpos d'água (IBAMA, 2016).

Segundo o Instituto Nacional de Educação Ambiental (2015), “os impactos ambientais só são tidos como desastres ambientais quando os seus danos e prejuízos são incalculáveis e de difícil restituição”. Os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão enquadram-se nessa descrição e incorre em todas as classificações de dano.

O desastre apresenta números alarmantes, 1.469 hectares ao longo de 77 km de cursos d'água, incluindo as áreas de preservação permanente, foram destruídos. A força da lama impactou os rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, ocasionando a morte de 14 toneladas de peixes. 25 propriedades rurais foram completamente devastadas. Algumas comunidades foram diretamente atingidas como, Paracatú de Baixo, Camargos, Águas Claras, Pedras, Ponte do Gama e Gesteira. O distrito de Bento Rodrigues foi completamente dizimado e os municípios de Barra Longa/MG, Rio Doce/MG e Santa Cruz do Escalavado/MG também sofreram diretamente os impactos do desastre. 19 mortes confirmadas entre trabalhadores e moradores da região. 601 moradores desabrigados, cerca de 40 municípios afetados entre Minas Gerais e Espírito Santo (PORTAL DO BRASIL, 2015; IBAMA, 2015; MPF, 2016).

Da análise desses números podemos afirmar que os prejuízos ultrapassaram os danos ambientais em sentido estrito, pois além do dano ecológico puro averiguado diante da destruição da fauna, flora e assoreamento dos rios os impactos causaram dano ambiental *lato sensu*, ou seja, houve também impactos sociais, culturais e econômicos.

O desastre também lesionou à coletividade já que os impactos na qualidade da água, levou a interrupção do abastecimento e distribuição de água captada do Rio Doce, acarretando prejuízos a todas as comunidades banhadas pelo Rio Doce, prejudicando todos aqueles que dependiam da pesca, da agricultura e da pecuária para sobreviver. A chegada da lama no litoral do estado do Espírito Santo fez com que a secretaria de Meio Ambiente interditasse as praias atingidas, interrompendo o turismo na região.

Os danos individuais também estão presentes no desastre, pois residências e propriedades particulares foram atingidas pelo mar de rejeitos. Os moradores das comunidades atingidas tiveram perdas que foram além do patrimônio material, perderam com o desastre parte de sua história, de suas memórias e perderam familiares, o rompimento da barragem de Fundão levou a essas comunidades transtorno intangíveis, por conseguinte é correto afirmar que os danos foram materiais e imateriais, sendo alguns de difícil e outros de impossível reparação e valoração.

É inegável que o desastre de Mariana/MG trouxe consequências ambientais e sociais sem precedentes, diante da dimensão visível dos danos, deve ser imputado à empresa Samarco e aos demais responsáveis o múnus de promover a restauração ambiental local. Mas para que de fato a empresa seja responsabilizada é necessário a união dos três poderes, quais sejam, legislativo, executivo e judiciário com o fim de fiscalizar o processo de responsabilização.

3.2 Da responsabilização da Samarco frente aos danos causados ao meio ambiente

É inconteste que aquele que dá causa ao dano tem o dever de repará-lo. E as pessoas jurídicas devem sofrer todas as sanções aplicáveis ao caso concreto, seja ela de natureza penal, civil ou administrativa.

O Ministério Público Federal (MPF) organizou uma força-tarefa para apurar de quem é a responsabilidade pelo rompimento da barragem de Fundão. Até o momento foram indiciados, pelo MPF, 22 pessoas físicas e as empresas Samarco, Vale, BHP Billiton e VogBR. Dentre as pessoas denunciadas 21 delas foram por homicídio qualificado, com dolo eventual, quando se assume o risco de matar e uma delas, que é o engenheiro da VogBR, responderá por apresentação de laudo ambiental falso (PIMENTEL, 2016).

As empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, vão responder por crimes específicos da legislação ambiental, são eles: crimes poluição qualificada; crimes contra a fauna; crimes contra a flora; crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural e crimes contra a administração ambiental. Aos acusados são imputados também

alguns dos crimes previstos no Código Penal Brasileiro, como o crime de inundação, crime de desabamento, homicídio qualificado e lesão corporal (MPF, 2016).

A força-tarefa empreendida pelo Ministério Público Federal, concluiu que a empresa Samarco e Vale estavam conscientes dos riscos de rompimento barragem de Fundão, mas preferiram continuar suas atividades, agindo assim de maneira irresponsável. Afirma José Adércio Leite Sampaio 2016, procurador da República e coordenador da força-tarefa:

De acordo com os depoimentos prestados percebemos que a segurança sempre esteve em segundo plano. O aumento da produção da Samarco procurou compensar a queda do valor do minério de modo a não só se manter, mas também a aumentar o lucro e os dividendos das suas acionistas Vale e BHP. Isso quando deveria ter adotado medidas para promover a segurança da barragem que pedia socorro e dava sinais de que romperia (MPF, 2016).

Caso seja recebida a denúncia ofertada pelo Ministério Público Federal, os acusados poderão ir a júri popular, podendo ser condenados até 54 anos de prisão, pagamento de multas e prestação de serviço as comunidades afetadas. A ação penal foi proposta no dia 20 de outubro de 2016 (MPF, 2016), iniciando-se assim a fase da responsabilização penal pelos crimes ambientais, as empresas e as pessoas físicas acusadas terão o direito à ampla defesa e ao contraditório.

O IBAMA já expediu, na esfera administrativa, 10 (dez) autos de infração, por descumprimento das 68 notificações expedidas. As multas já somam R\$ 293.193.650,00 (duzentos e noventa e três milhões, cento e noventa e três mil e seiscentos e cinquenta reais) e são referentes a não realização do programa de monitoramento da ictiofauna do Rio Doce; omissão quanto a determinação para apresentação de medidas eficazes na contenção e dispersão de rejeitos em Barra Longa/MG; destruição de 835,385 hectares de área de preservação permanente; poluição hídrica com carreamento de rejeitos de mineração que deu causa a interrupção do abastecimento público de água; poluição do Rio Doce colocando em risco a saúde humana e o perecimento de espécimes da biodiversidade; lançamento de resíduos sólidos e líquidos nas águas do Rio Doce tornando uma área urbana imprópria para ocupação humana (IBAMA, 2016).

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo, também na esfera administrativa, aplicou à Samarco três multas totalizando duas delas

R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e uma equivalente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia. A Secretaria de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais aplicou em desfavor da Samarco S.A uma multa de R\$ 112 milhões de reais, sendo esta a única multa que já foi confirmada em fase de recurso (SEMAD, 2016).

Caso as multas na seara administrativa sejam ratificadas em fase recursal e não sendo pagas, deverá os órgãos competentes cobrá-las perante o poder judiciário através das ações de execução fiscal.

Na busca pela reparabilidade civil dos danos causados, foi intentada em desfavor da Samarco Mineração S.A, Vale S.A e BHP Billinton Brasil Ltda., pela União juntamente com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, Ação Civil Pública, fundamentada nos artigos 225 da Constituição Federal, artigo 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81 bem como no artigo 927 do Código Civil. A ação enfatiza a responsabilidade civil objetiva do causador do dano. Requerendo em síntese, a reparação dos danos ambientais, sociais e econômicos e que seja as rés condenadas a pagar indenização, já que a recuperação *in natura* não vai ser totalmente possível (PORTAL DO BRASIL, 2016).

Ocorre que no dia 02 de março de 2016 as partes envolvidas no litígio compuseram um acordo o qual foi homologado extinguindo assim a Ação Civil Pública. Todavia, uma decisão da Quinta Turma do Tribunal Regional Federal (TRF1) anulou a homologação do acordo, e a ação prosseguirá devendo ser julgada pela 12º Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais (REUTERS, 2016). O Ministério Público Federal também propôs Ação Civil Pública, estimando que os valores a serem indenizados pelas mineradoras, devem ficar na casa dos R\$ 150 bilhões. A ação tem mais de 359 páginas com cerca de 200 pedidos (MPF, 2016).

Nota-se que diversas ações foram propostas com intuito de responsabilizar as mineradoras que deram causa ao desastre em Mariana/MG, ressalta-se que essas ações ainda não tiveram decisão de mérito com transito em julgado. Cabe destacar que o referido desastre guarda proporções imensuráveis e pode ser considerado um desastre ainda em curso, por fim salienta-se que outras ações podem ser interpostas conforme apareçam relatos de novos danos.

3.3 O que já foi realizado para minimizar os impactos da tragédia

É controversa a discussão acerca do que já foi realizado após a tragédia no sentido de amenizar os impactos e recuperar o meio ambiente devastado. População, IBAMA e Samarco apresentam respostas diferentes à esta indagação.

A Samarco Mineração S.A. afirma que desde o primeiro momento do desastre vem realizando ações no sentido de mitigar os impactos causados pelo rompimento da barragem, aduz que criou a Fundação Renova com a finalidade de conduzir a recuperação da área afetada (SAMARCO, 2016).

Um dossiê elaborado pela Samarco Mineração S.A (2016), informa que todas as famílias desabrigadas pela onda de rejeitos já estão instaladas em casas temporárias, aduz que já foram escolhidas pelas comunidades atingidas outras localidades para reconstrução definitiva de suas casas. Afirma ainda que realiza o monitoramento da água do Rio Doce em 64 (sessenta e quatro) pontos do Rio, sete pontes foram reconstruídas, 188 mil metros de cerca instaladas nas propriedades rurais impactadas e entregue de mais de 7 (sete) mil cartões de auxílio financeiro.

É animador o estado atual de reparação dos danos quando visto da perspectiva da Samarco Mineração S.A, além de tudo que já foi feito para amenizar os impactos, há um plano que prevê a reestruturação das comunidades e projetos que contemplam a recuperação do meio ambiente.

Lado outro o IBAMA (2016), informa que as ações da Samarco Mineração S.A estão muito aquém do esperado, em fiscalização empreendida numa área de 100 km atingidos pelos rejeitos, somente 5% das recomendações do órgão foram cumpridas pela mineradora. A presidente do IBAMA, Suely de Araújo, diz que: “Tem locais sem nenhuma intervenção em 71% dos pontos, sem drenagem em 62% e sem trabalho de contenção em 53%. Em 92% dos locais visitados havia problema de erosões em menor ou maior porte” (LEITE, 2016).

A situação em Mariana/MG não é aparentemente favorável, a água do Rio Doce ainda é turva, mas, o Ministério da Integração Nacional (2016) divulgou o Relatório de Monitoramento Especial da Bacia do Rio Doce, elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) onde consta que a água do Rio é potável e própria pro consumo após tratamento

pelas companhias de saneamento, já o Greenpeace (2016) afirma que a água do Rio Doce “registra índices de manganês, arsênio e chumbo muito acima do permitido”.

Muito embora a Samarco Mineração S.A, diga o contrário, o que percebemos através da imprensa nacional, é que pouco foi feito no sentido de recuperar o meio ambiente impactado pelo desastre. O distrito de Bento Rodrigues encontra-se devastado, e provavelmente não será recuperado, pois a empresa Samarco S.A conseguiu junto ao governo de Minas Gerais autorização para alagar uma parte do distrito com a construção de um dique, que receberá rejeitos de minério, sob a justificativa que é a maneira mais rápida e eficiente de conter os rejeitos da barragem rompida, a obra está embargada pelo Ministério Público de Minas Gerais que requer um estudo acerca da viabilidade da construção do dique (CAETANO, KIFER, 2016).

Diante de todos esses impasses quem sofre é a população afetada, que além de ter sua história soterrada em lama, não tem perspectiva de um retorno a vida como era antes do desastre. Os desabrigados estão alojados em casas alugadas pela Samarco Mineração S.A, a maioria na cidade de Mariana/MG e esperam pelo dia em que voltarão à suas casas e recomeçarão suas vidas. A espera pode ser longa, processos judiciais podem levar anos para ter um desfecho.

As vítimas do desastre são hipossuficientes diante do Estado e das Mineradoras, estas geram milhões em impostos para o Governo, ou seja, o que é mais interessante, viabilizar o quanto antes retorno das atividades da Samarco ou obriga lá a reparar os danos mesmo que os valores sejam de elevada monta que prejudique seu funcionamento.

Quem perde diante do jogo de interesses é a população afetada e o meio ambiente, este jamais recuperará seu *status quo ante*. O esquecimento da tragédia também corrobora para a impunidade, quando não for mais notícia, o maior desastre ambiental do Brasil restará esquecido, somente sobrevivendo na memória daqueles que sofreram diretamente seus danos.

CONCLUSÃO

Nessa monografia foram abordados temas relacionados ao meio ambiente, onde se traçou uma linha acerca da evolução do Direito Ambiental, trazendo fatos e conceitos importantes acerca da temática “Dano e Responsabilização Ambiental”.

É patente que o meio ambiente é o bem mais importante que temos ao nosso dispor sendo obrigação de cada um cuidar de sua preservação. A extinção dele é conseqüentemente a extinção do homem.

Nota-se que os desastres provocados pela interferência humana no ambiente não é um fato novo com qual o ordenamento jurídico tenha que lidar, o que realmente surpreende é a intensidade com que alguns deles se apresentam e os impactos que causam.

Com o passar das décadas o olhar que é lançado sobre o meio ambiente vem mudando gradativamente, hoje temos uma concepção cultural mais preservacionista, visão que veio se aprimorando desde as primeiras conferências ambientais.

Acompanhando essa mudança da conscientização ambiental, a legislação brasileira criou diversos mecanismos no intuito de proteger e preservar o meio ambiente, e diante do desastre ocorrido em Mariana/MG percebemos que mesmo com tantas exigências, em algumas situações elas acabam sendo negligenciadas, dando causa às tragédias.

A partir da análise do rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco S.A, nota-se que, os órgãos públicos não estavam preparados para lidar com um desastre de tamanha proporção, haja vista a demora na propositura das ações.

Percebe-se que, apesar de ter passado um ano da tragédia, pouco se fez. Ainda não conseguiram sequer provar se realmente a culpa foi da Samarco Mineração S.A. Os processos ainda estão em fases iniciais, pasmem, após um ano, a Samarco ainda não respondeu as ações propostas em seu desfavor, pois até o encerramento desta pesquisa tampouco as rés haviam sido citadas.

A realização de um acordo entre Samarco S.A, Vale e BHP Billinton com estados de Minas Gerais e Espírito Santo, sem saber ainda a real dimensão dos danos

ambientais e sem consultar a população afetada, parece demonstrar o interesse dos estados afetados em ver o quanto antes a Samarco Mineração S.A voltando às suas atividades.

Outro fato que leva a crer que o Estado está priorizando a volta das atividades Samarco S.A em detrimento do patrimônio ambiental e de toda a coletividade é o fato de prematuramente o Estado de Minas Gerais ter autorizado a construção do dique S4, que alaga uma parte de Bento Rodrigues, distrito dizimado, obra que não conta com o apoio da população afetada.

O acordo foi cancelado pelo Tribunal Regional Federal e a obra de construção do dique encontra-se embargada pelo Ministério Público Federal.

A denúncia proposta pelo Ministério Público Federal e a Ação Civil Pública proposta pelo mesmo órgão é o que mais aproxima de uma busca verdadeira pela reparabilidade, mas, devemos esperar o passar dos anos para saber de fato se a Samarco Mineração S.A, Vale e BHP Billiton serão consideradas as culpadas pelos danos causados, e o mais importante se os acusados, caso condenados, arcarão com suas responsabilidades.

Espera-se que essa tragédia tenha um desfecho favorável à população atingida e ao meio ambiente, este que jamais retornará ao *status quo ante*, mas que ao menos a lama fique no passado. Espera-se que casos como o desastre ocorrido em Mariana/MG não caiam no esquecimento e que cada vez mais políticas públicas preventivas sejam criadas, impostas e principalmente que a fiscalização ocorra de maneira efetiva.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. **Direito Ambiental Esquematizado**. São Paulo: Método, 2015.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

BENJAMIN, Antônio Herman V. Responsabilidade Civil pelo Dano Ambiental. **Revista de Direito Ambiental** n° 9. São Paulo: RT, 1998.

BRASIL. Lei n. 6.938 de 1981, **Política Nacional de Meio Ambiente**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 03.jun.2016.

_____. **Lei Complementar 140, de 08 de dezembro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp140.htm>. Acesso em 23.ago.2016.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. **Código Civil brasileiro**. São Paulo: Revista Tribunais, 2014.

_____. **Lei n. 9.605 de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 03.jun.2016.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02.jun. 2016.

CAPPELLI, Sílvia. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica em Matéria Ambiental: uma necessária reflexão sobre o disposto no art. 225, § 3º, da Constituição Federal, publicado na **Revista de Direito Ambiental** n. 1, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, jan/mar 96.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CAETANO, Carolina; Kifer, Kamila. **Samarco ganha autorização para construção do dique S4**. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/samarco-ganha->

autoriza%C3%A7%C3%A3o-do-governo-para-constru%C3%A7%C3%A3o-de-dique-s4-1.1374912>. Acesso em: 02.nov.2016.

CEZARIO, Leandro Fazollo. O Caso da Fundição Trail (Trail Smelter Case), Estados Unidos x Canadá: Características Transfronteiriças dos Danos ao Meio Ambiente e a Responsabilidade Internacional do Estado por Danos Ambientais. **Portal Jurídico Investidura**, Florianópolis/SC, 22 Jun. 2010. Disponível em: www.investidura.com.br/bibliotecajuridica/artigos/direito-ambiental/164152. Acesso em: 20.ago.2016.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FARIAS, Talden; COUTINHO, Francisco Seráfico da Nóbrega; MELO, Geórgia Karênia R. M. M. **Direito Ambiental**. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Crimes Ambientais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

FRANCO, Paulo Sérgio de Moura, DAL BOSCO, Ana Paula. **A tutela do meio ambiente e responsabilidadecivil ambiental**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/doutrina/texto.asp?id=2357>>. Acesso em: 03.jun.2016.

FURLAN, Flávia; BRANCO, LEO. O rastro da destruição. **Exame**, São Paulo, ano 49, nº 22, p. 118-122, novembro 2015.

GREENPEACE. **Bhopal: 20 anos depois**, Dow Química ainda não pagou pelo desastre. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos/Missao-e-Valores-/>>. Acesso em: 03.jun.2016.

IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar.pdf>. Acesso em: 03.jun.2016.

IBGE. **Informações e Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314000>>. Acesso em: 02. nov.2016.

INEAM. **O que é desastre ambiental**. Disponível em: <<http://ineam.com.br/o-que-e-desastre-ambiental/>>. Acesso em: 02.nov.2016.

IBRAM. **Relatório Anual Ibram**. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00005345.pdf>>. acesso em: 02.nov.2016.

JUNQUEIRA, E. R. **Utilização de Indicadores Econômicos Financeiros para Avaliação do Desempenho Ambiental das Organizações: um estudo exploratório**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LECEY, Eladio. A proteção do meio ambiente e a responsabilidade penal da pessoa jurídica. In: FREITAS, Vladimir Passos de (org.). **Direito Ambiental em Evolução** Curitiba: Juruá, 2006.

LEITE, Cristiane. **Samarco fez pouco para recuperar estragos ambientais, afirma Ibama**. Disponível: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/10/samarco-fez-pouco-para-recuperar-estragos-ambientais-afirma-ibama.html>>. Acesso em: 02.nov.2016>.

LUIZ JUNIOR. **Responsabilidade civil por danos ambientais**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1934/Responsabilidade-civil-por-danos-ambientais>>. Acesso em: 03.jun.2016.

MACHADO, A. A. **Ambiental internacional**: A construção social do acidente químico ampliado de Bhopale da convenção174 da OIT. Rio de Janeiro, vol. 28, no 1, janeiro/junho 2006.

MACHADO, Paulo A. Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2001.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2007.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. São Paulo: RT, 2001.

MORADILLO, E. F & OKI, M. C. M. Educação ambiental na universidade: construindo possibilidades. **Quim. Nova**, Vol. 27, No. 2, 332-336, 2004.

MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. – v. III: século XX. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ONU. **Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nosso Futuro Comum**. 2ed. <<http://uncsd2012.org/thefutureewewant.html>>. Acesso em: 20.ago.2016.

PASSOS, Vladimir. **Direito Ambiental em Evolução**. Curitiba: Juruá, 2006.

PIMENTEL, Thais. **MPF denuncia 22 pessoas e quatro empresas por desastre em Mariana**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/10/mpf-denuncia-26-pessoas-por-rompimento-da-barragem-da-samarco.html>>. Acesso em: 02.nov.2016.

PIERANGELI, José Henrique. **Agressões à Natureza e Proteção dos Interesses Difusos**. Justitia, 144/9, 1988. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/5xy311.pdf>> Acesso em: 20.ago.2016.

MPF. **Ação Civil Pública**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/12/confira-documentos-sobre-o-desastre-do-rio-doce/acao_inicial_agu_es_mg_samarco.pdf>. Acesso em: 02.nov.2016.

REUTERS, Thomson. **Justiça anula acordo da Samarco com União e mantém ação de R\$ 20 bi**. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN10T2IS?pageNumber=2&virtualBrandChannel>>. Acesso em: 02.nov.2016.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro, **Avaliação e contabilização de impactos ambientais**. São Paulo: Ed. Unicamp & Imprensa Oficial, 2004.

ROSA, Vanessa de Castro. A formação do direito internacional ambiental a partir das Conferências Internacionais das Nações Unidas. **Portal Jurídico Investidura**, Florianópolis/SC, 17 Jun. 2015. Disponível <em: www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-internacional/330327>. Acesso em: 02.jun.2016.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito Ambiental Esquemático**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SAMPAIO, José Marques. **Responsabilidade Civil e Reparação de Danos ao Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

SAMARCO. Dossiê. Disponível em: <<http://www.samarco.com/balanco/>>. Acesso em: 02.nov.2016.

SANTIAGO, Alex Fernandes. **Compreendendo o papel do Direito Penal na defesa do Meio Ambiente**. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, n. 61, p. 83, jan./mar. 2011.

SILVA, José Afonso. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. **Direito Ambiental e Constitucional**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

SILVA, Romeu Faria Tomé. **Manual de Direito Ambiental**. 5. ed. Salvador: Jus Podivm, 2015.

SZNICK, Valdir. **Direito Penal Ambiental**. São Paulo: Ícone, 2001.

SAMPAIO, Rômulo Silveira da Rocha. **Direito Ambiental: Doutrina e Casos Práticos**. Rio de Janeiro: Elsevier/FGV, 2008.

_____. **Direito Ambiental**. Disponível em: https://direitorio.fgv.br/sites/direitorio.fgv.br/files/u100/direito_ambiental_2015-2.pdf Acesso em: 24.ago.2016.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Tutela Penal do Meio Ambiente**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SEMAD. **Principal multa aplicada à Samarco é confirmada pelo Copan**. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/2949-principal-multa-aplicada-a-samarco-e-confirmada-pelo-copam>>. Acesso em: 02.nov.2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Acidente de Chernobyl. **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/historia/chernobyl-acidente-nuclear.htm>>. Acesso em: 19.ago.2016.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Direito Ambiental e Aquecimento Global**. São Paulo: Atlas, 2010.